## **COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

## PROJETO DE LEI Nº 3.013, DE 2024

Dispõe sobre uso de etanol e outras fontes de combustível renovável para veículos da União.

**Autor:** Deputado CABO GILBERTO SILVA **Relator:** Deputado GENERAL PAZUELLO

# I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 3.013, de 2024, do Deputado Cabo Gilberto Silva, propõe a obrigatoriedade do uso de etanol e demais fontes de combustíveis renováveis por veículos leves e pesados pertencentes à administração pública federal, além de obrigar o governo federal a desenvolver políticas de isenção de impostos e incentivos à produção desses combustíveis.

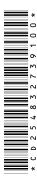
Em sua justificativa para apresentação da proposição, o autor defende que o projeto visa favorecer a redução da emissão de gases de efeito estufa, por ser o etanol um combustível renovável, limpo e autossustentável, além de garantir o abastecimento veicular do mercado interno.

O projeto foi distribuído às Comissões de Minas e Energia; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (mérito e art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

O projeto não possui apensos.





Não foram apresentadas emendas nesta Comissão dentro do prazo regimental.

É o relatório.

#### II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, inciso XIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta Comissão de Minas e Energia proferir parecer acerca do mérito do Projeto de Lei nº 3.013, de 2024.

A presente proposta visa obrigar a Administração Pública direta e indireta federal a utilizar etanol e outros combustíveis renováveis no abastecimento de seus veículos. Adicionalmente, o projeto determina que o Governo Federal desenvolva políticas públicas para isentar impostos e incentivar a produção desses combustíveis, com o objetivo de assegurar o abastecimento do mercado interno brasileiro.

Ao analisar o mérito do Projeto de Lei nº 3.013, de 2024, verifica-se que a proposta se une a outras políticas públicas instituídas no mesmo sentido, o de incentivar a sustentabilidade fundada na força de nossa indústria nacional de biocombustíveis. Além disso, o PL também é amparado na Constituição Federal, em seu art. 225, §1º, inciso VIII, que determina que o Poder Público mantenha regimes fiscais favorecidos para biocombustíveis destinados ao consumo final.

Destacamos que o Brasil é referência mundial em biocombustíveis, especialmente no uso de etanol. No segmento de veículos leves, já há uma mistura obrigatória de álcool anidro à gasolina, bem como a ampla utilização de "veículos flex", que também permitem o abastecimento exclusivo com etanol. Para veículos pesados, a legislação determina a mistura obrigatória de biodiesel ao diesel fóssil. Esses mandatos foram acompanhados pelo desenvolvimento tecnológico de motores e equipamentos, o que evidencia a robustez e o crescimento da indústria nacional de biocombustíveis.





O projeto proposto também traz consigo o benefício de reduzir a dependência do Brasil aos combustíveis fósseis, tipicamente envolvidos em problemas geopolíticos complexos e com flutuações de preço descontroladas, que impactam nossa economia, gerando instabilidades internas, inflação e redução do poder aquisitivo das famílias.

Além disso, o uso dos biocombustíveis é altamente benéfico à população brasileira devido ao incentivo à agricultura nacional e à menor emissão de poluentes e de gases de efeito estufa, como já destacado na justificativa do PL e alinhado aos objetivos da Política Energética Nacional, estabelecidos no art. 1º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Como forma de aprimorar a proposição, apresentamos um substitutivo ao Projeto de Lei no sentido de: prever a exclusão dos veículos das forças armadas e forças auxiliares da obrigação; permitir aos chefes dos poderes determinarem metas progressivas e exceções justificáveis à obrigação; e ajustar detalhes de redação.

Diante do exposto, consideramos oportuna e relevante a iniciativa do Deputado Cabo Gilberto Silva para o avanço na sustentabilidade, na autossuficiência energética, bem como na indústria de biocombustíveis nacional. Dessa forma, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.013, de 2024, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado GENERAL PAZUELLO Relator





## **COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

# SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.013, DE 2024

Dispõe sobre uso de etanol e outras fontes de combustível renovável para veículos da União.

### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os veículos leves e pesados pertencentes à administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União deverão ser abastecidos exclusivamente com etanol e demais fontes de combustível renovável.

§ 1º Os veículos e viaturas das forças armadas e das forças auxiliares, bem como os relacionados à segurança pública, ficam excluídos da obrigação disposta no *caput* deste artigo.

§ 2º Os chefes de cada um dos Poderes da União poderão determinar metas progressivas de aplicação, bem como exceções por motivos de ordem técnica, econômica ou locacional, para a obrigação disposta no *caput* deste artigo.

Art. 2º O Governo Federal deverá desenvolver políticas públicas de isenção de impostos e incentivo à produção de etanol e demais fontes de combustível renovável, visando garantir o abastecimento veicular do mercado interno.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado GENERAL PAZUELLO Relator



